

Editorial

Esta edição da Conjuntura analisa a economia brasileira no 3º trimestre de 2011 e discute as perspectivas econômicas para 2012.

O 3º trimestre de 2011 foi marcado pela estagnação do PIB brasileiro, ou seja, crescimento de 0,0% em relação ao 2ºTri/11. Esse resultado é fruto da moderação no nível de atividade nacional e do cenário de crise internacional. O impacto na economia se deu, principalmente, com queda no consumo e investimento devido à piora nas expectativas de empresários e consumidores.

Do ponto de vista setorial, os níveis de produção da indústria e do setor de serviços decresceram no período. Todavia, o bom desempenho da agropecuária foi fundamental para que a estagnação da economia brasileira não se transformasse em uma recessão no trimestre, ou seja, uma variação negativa do PIB.

Com a produção em baixa, o mercado de trabalho já apresenta sinais de desaceleração. O saldo líquido de criação de empregos formais no 3ºTri/11 foi 26% menor do que no 3ºTri/10. Ainda assim, mesmo com a desaceleração na criação de empregos, a taxa de desemprego continua caindo para valores historicamente baixos.

Diante das perspectivas pessimistas para o desenrolar da crise europeia, o Ministério da Fazenda e o BACEN (Banco Central) adotaram medidas para melhorar o nível da atividade econômica neste fim de 2011 e início de 2012.

Entre essas medidas estão a redução da alíquota de alguns impostos no 2º semestre de 2011: IPI para eletrodomésticos da linha branca, PIS/Cofins sobre massas, pães e farinha de trigo e IOF sobre o crédito para pessoas físicas e sobre o investimento externo em ações e títulos privados de longo prazo.

Concomitantemente, o BACEN adotou uma política monetária menos restritiva em relação ao controle da inflação, reduzindo a taxa básica de juros da economia (Selic). Contudo, deve-se levar em conta que as reduções na taxa básica de juros não têm reflexo imediato na economia. Portanto, é possível que as reduções da Selic de 2011 tenham reflexos mais claros em 2012.

No que tange ao desempenho do mercado de planos de saúde, as variáveis econômicas de emprego e renda são determinantes. A maior parte dos beneficiários se concentram em contratos do tipo coletivo empresarial (62%), os demais estão em contratos individuais ou coletivos por adesão.

No geral, 29,6% dos contratos de planos de saúde coletivos empresariais são de empresas do setor industrial, 14,4% no setor de Comércio, e 56,0% em outras atividades, incluso aqui o setor de serviços. Portanto, o comportamento negativo verificado na indústria e nos serviços pode ter um impacto relevante sobre o mercado de saúde suplementar.

Entretanto, os indicadores mostram que o país segue criando empregos, mesmo que com ritmo mais lento. Com isso, a taxa de desemprego continua caindo.

Nesta Edição

	pág
1. Seção Especial	2
2. Cenário Macroeconômico	3
2.1. Nível de Atividade	3
2.2. Emprego	3
2.3. Renda	4
2.4. Consumo	4
2.5. Inflação	5
2.6. Mercado de Juros e Crédito	5
2.7. Câmbio	6
3. Síntese do Cenário Macroeconômico	7

Além disso, ainda existe um grande número de trabalhadores no setor formal sem plano de saúde, o que amplia a oportunidade de crescimento dos planos coletivos. São 45 milhões de pessoas no mercado de trabalho formal e 29,2 milhões de beneficiários de planos coletivos empresariais, dentre os quais encontram-se titulares e dependentes.

No que tange à renda, o cenário para 2012 é promissor. O aumento do salário mínimo, em vigor desde janeiro de 2012, foi de 14,1%. Este aumento deve pressionar as negociações de reajuste de salários em 2012, podendo aumentar a massa salarial. Dessa forma, o cenário projetado para 2012 é potencialmente positivo para o mercado de saúde suplementar.

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo

1. Seção Especial

Perspectivas para 2012

A seção especial da edição de dezembro da Conjuntura Econômica realiza um breve balanço do desempenho da economia brasileira em 2011 e traça um panorama para 2012.

No início de 2011 as previsões apontavam para uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 4,5% (Boletim Focus— Banco Central). A inflação mensal apresentava tendência de aceleração. O Banco Central iniciava um ciclo de aperto monetário com elevação da taxa de juros e restrições ao crédito, de forma a moderar a atividade econômica e convergir a inflação para a meta de 4,5% ao ano. Todavia, as expectativas para 2011 haviam sido formadas em um ambiente otimista, em grande medida devido ao desempenho da economia em 2010.

No entanto, a crise de dívidas públicas que assolou os Estados Unidos e alguns países Europeus teve impacto negativo nas expectativas de consumidores e empresários brasileiros, com queda no consumo e no investimento. Neste panorama, o desempenho da economia brasileira não foi tão positivo quanto era previsto. No 3º trimestre de 2011 o PIB não cresceu (0,0%) e espera-se que o avanço seja de no máximo 3% em 2011.

Para 2012, a economia brasileira, segundo o Banco Mundial e o FMI, avançará 4,1%. Entretanto, o Boletim Focus (30/12/11), que é uma média da opinião de diversos analistas, aponta para um crescimento de 2,9%. Já a Confederação Nacional da Indústria sinaliza um avanço de 3,0%. Ainda segundo o Banco Mundial, a maior contribuição para o crescimento virá do investimento e das exportações.

É consenso entre as previsões do Boletim Focus e da CNI que a taxa de juros SELIC deve continuar caindo, encerrando 2012 entre 9,5% e 10% ao ano. A taxa de juros real poderá ser de apenas 4,1% em 2011, levando em consideração a previsão de SELIC de 9,5% e de inflação, medida pelo IPCA, de 5,4% (Boletim Focus).

Desde que os fundamentos macroeconômicos de política fiscal equilibrada e queda na relação dívida líquida pública/PIB (que deverá ser de 38% do PIB em 2012—BACEN) sejam mantidos, a tendência de queda nas taxas

de juros deve se intensificar nos próximos anos. Esse movimento deve favorecer a expansão do investimento e do consumo das famílias, via elevação do crédito. Contudo, a queda na taxa de juros pode ser um desafio para as instituições e indivíduos que investem em títulos públicos ou em outros investimentos atrelados a este, pois esses terão a cada ano uma remuneração inferior à passada.

A taxa de desemprego, que encontra-se em níveis historicamente baixos— 5,8% da população economicamente ativa, segundo a publicação “Pesquisa Mensal do Emprego—IBGE” - deve encerrar 2011 em nível próximo ao verificado em 2010, 5,3%. Segundo relatório da empresa “Michael Page International”, que realizou uma pesquisa com 500 executivos, o nível de desemprego em 2012 deve permanecer semelhante ao verificado em 2011.

A massa de renda deve continuar crescendo, principalmente, por que o reajuste dos salários será pressionado pela baixa taxa de desemprego, elevada inflação de 2011 e o aumento do salário mínimo de 14,1%, passando de R\$ 545 para R\$ 622.

No geral, a expectativa é de que em 2012 o crescimento do PIB seja superior ao de 2011, acompanhado de aumento da renda, baixa taxa de desemprego, queda contínua nas taxas de juros, aumento do crédito e do investimento.

Quadro Resumo

Instituições	Economia Brasileira (em %)	Previsto	
		2011	2012
Boletim FOCUS BACEN (dez/11)	Cresc. do PIB	3,0	3,4
	Selic (final do período)	11,0	9,5
	IPCA	6,5	5,4
	Dívida Liq. setor público (% PIB)	38,5	38,0
CNI - Conf. Nac. Indústria (jul/11)	Cresc. do PIB		3,0
	Selic (final do período)		10,0
	Dívida Liq. setor público (% PIB)		38,6
Banco Mundial (jun/11)	Cresc. do PIB	4,2	4,1
	Taxa de Crescimento do:		
	Consumo Privado	5,0	4,0
	Investimento	7,3	8,7
	Consumo Governo	3,0	4,1
	Exportações	7,0	6,3
FMI (jun/11)	Cresc. do PIB	3,5	3,6

Fonte: Banco Mundial; FMI; BACEN e CNI

2. Cenário Macroeconômico

2.1 Nível de Atividade

No terceiro trimestre de 2011 a economia do país estagnou, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou variação nula na comparação do 3ºTri/11 contra o 2ºTri/11 (Gráfico 1). O desempenho negativo foi observado nos setores de Indústria e Serviços, que tiveram decréscimo no nível de produção de 0,9% e 0,3%, respectivamente. De acordo com dados do IBGE, a queda da Indústria foi puxada pela Indústria de transformação. Por outro lado, o setor de Agropecuária cresceu 3,2% no trimestre e 2,1% em 12 meses. Este resultado foi primordial para que a estagnação da economia não se transformasse em uma recessão.

A expectativa do mercado para o fechamento de 2011 (boletim Focus do BACEN—Banco Central) aponta crescimento do PIB de 2,87% (Tab. 1). E o IBGE relatou em janeiro de 2012 que a inflação acumulada em 12 meses em dezembro de 2011 ficou no teto da meta, 6,5%.

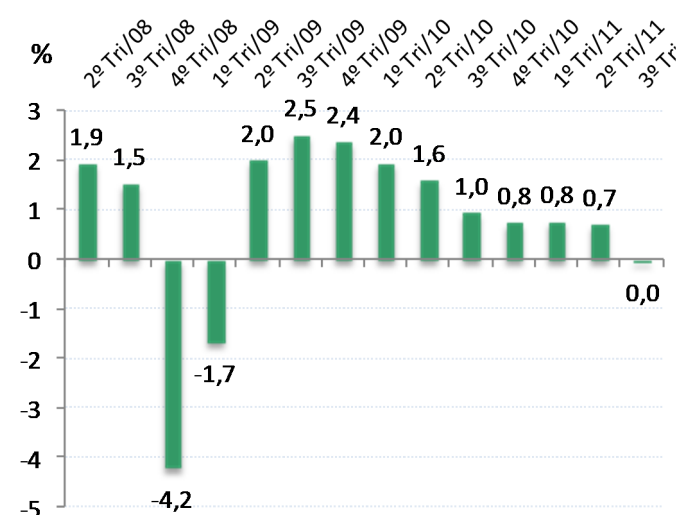
O fraco desempenho da economia em 2011 foi motivado, principalmente, pela crise de dívidas públicas americana e européia. Além disso, também contribuíram: a taxa de câmbio favorável às importações e outros fatores internos, como a falta de investimento, baixa produtividade da mão-de-obra e baixa competitividade das empresas.

2.2 Emprego

No terceiro trimestre, o saldo líquido de criação de empregos foi de 540.087 postos de trabalho. Apesar de positivo, esse número é 26% menor que no mesmo período de 2010 e 27% inferior à criação do segundo trimestre (Gráfico 2). No mês de outubro, o ritmo de crescimento do emprego caiu fortemente, sendo o pior resultado para esse mês desde 2008.

Apesar da conjuntura econômica mais pessimista, a taxa de desemprego, que ficou estável em 6% nos três meses do 3ºTri/2011, diminuiu para 5,8% no primeiro mês do 4º Tri/2011. Essa é a mais baixa taxa para o período desde o início da série (Gráfico 3).

Gráfico 1: Variação do PIB trimestral com ajuste sazonal



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

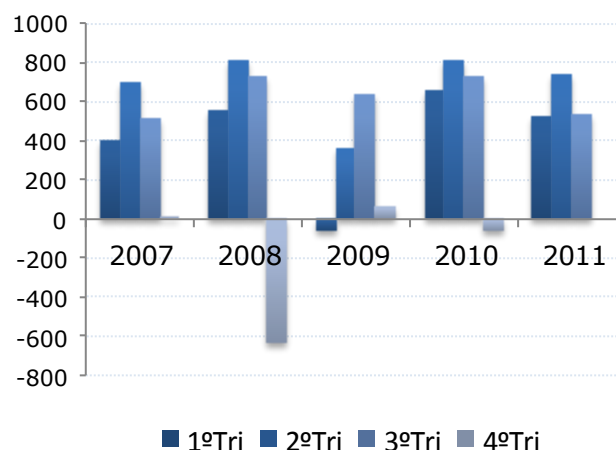
Tabela 1 - Valores de mercado em 2011

Indicador	Valores
IPCA (%)	6,50
IGP-M (%)	5,10
Meta Taxa Selic (%)	11,00
Câmbio (R\$/US\$)	1,88
PIB (%)	2,87*

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 30/dez/2011 e IBGE.

*Expectativa

Gráfico 2: Saldo líquido de admitidos e desligados



Fonte: Caged/MTE

A formalização do emprego, fenômeno que é anunciado nessa carta de conjuntura desde meados de 2010, continua. Entre outubro de 2010 e outubro de 2011, os trabalhadores com carteira assinada que representavam 50,9% passaram a representar 53,5% da população ocupada. No mesmo período, enquanto a população ocupada cresceu 1,5% o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 6,7%.

2.3 Renda

O crescimento da renda não acompanhou o da inflação. Assim, a inflação elevada, que fechou o ano no teto da meta do BACEN (6,5%), superou os ganhos de rendimento dos trabalhadores. Como é o caso dos trabalhadores do Setor Público e do Setor Privado sem carteira assinada cujo rendimento decresceu na comparação de out/2010 com out/2011 (-4,3% e -2,7%, respectivamente) (Gráfico 4). Já para os trabalhadores por Conta própria e do setor privado com carteira assinada a renda cresceu 0,6% e 0,4%, respectivamente.

2.4 Consumo

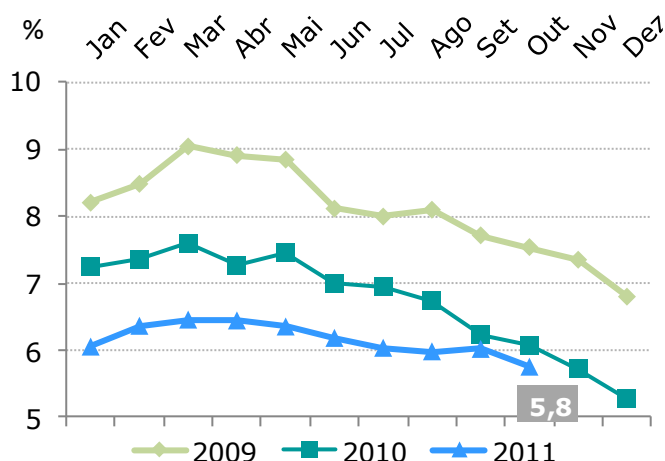
O 3º Tri/2011 foi marcado por uma retração no consumo das famílias de 0,1% (Gráfico 5), comportamento bastante ruim quando comparado com o mesmo período de 2010 (2,4%) e 2009 (2,6%).

Em 12 meses, o consumo cresceu 2,8% no 3º tri de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. Esse resultado não é positivo, já que nos dois primeiros trimestres do ano o crescimento havia sido de, em média, 5,8%.

2.5 Inflação

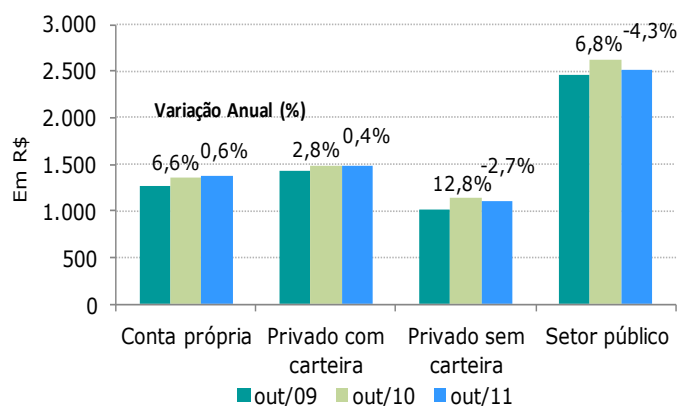
Nos 12 meses anteriores a outubro de 2011, o IPCA, principal índice de inflação da economia, subiu 7,0%, índice já bastante superior à meta do BACEN (4,5%). Contudo, a partir de outubro a tendência foi de redução do índice, fechando o ano de 2011 no teto da meta do BACEN (6,5%).

Gráf. 3: Taxa de desemprego (% da PEA)



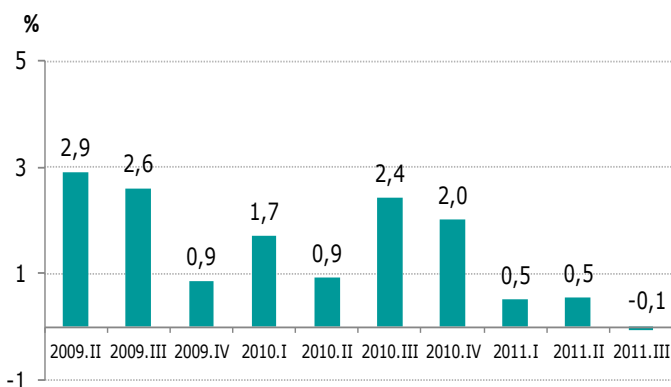
Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE

Gráf. 4: Rendimento médio real habitualmente recebido (em R\$) e variação anual (em %)



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

Gráf. 5: Variação trimestral da despesa de consumo das famílias (%)



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

Outro índice que também indicou desaceleração nos preços é o IGP-M (índice geral de preços do mercado, calculado pela FGV), que variou 0,5% em novembro frente aos 0,53% de outubro e acumula crescimento de 5,95% em 12 meses.

É preciso cautela ao analisar a influência do elevado índice de inflação em 2011 nas negociações de salários e preços em 2012. Isso devido à forte tendência a indexação da economia brasileira.

2.6 Mercado de Juros e Crédito

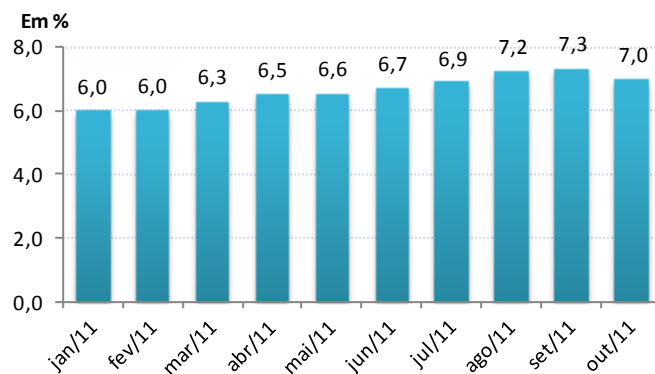
Pela terceira vez consecutiva o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (Selic) em novembro de 2011, mantendo a linha de ação anunciada quando da piora da crise mundial. A Selic foi reduzida em mais 0,5 p.p. passando para 11%. Com essa medida o Banco Central incentiva o crédito e busca reverter o desaquecimento já observado na economia. Essa política é o oposto daquela tomada no início de 2011 (aumento da Selic, encarecimento do crédito, aumento de impostos).

Deve-se considerar que os efeitos da queda da Selic não se refletem nas taxas de juros de crédito ao consumidor no curto prazo (Gráfico 7), dado as diversas variáveis que influem sobre o spread bancário, como a taxa de inadimplência. Em outubro, a taxa de juros anual para pessoa física aumentou para 47,01% e para pessoa jurídica decresceu para 29,76%.

2.7 Câmbio

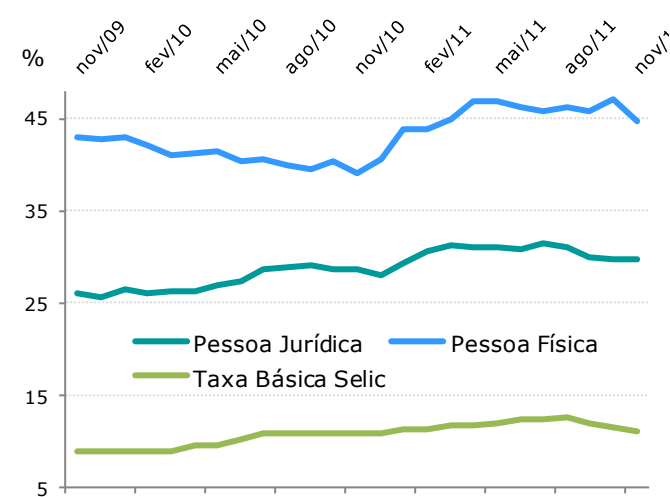
Apesar das oscilações no câmbio, o real segue uma tendência de valorização frente ao dólar. Em julho de 2011 a cotação atingiu o menor valor desde 2009 (R\$1,53), ano em que o IESS começou a publicar a Conjuntura. Contudo, em meados de agosto, ante às incertezas na economia mundial o real teve forte desvalorização frente ao dólar. A taxa de câmbio para venda fechou dezembro no patamar de R\$ 1,87.

Gráfico 6: Índice de Inflação IPCA – Acumulado nos últimos 12 meses—jan/11 a out/11



Fonte: Banco Sidra/IBGE

Gráfico 7: Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres



Fonte: Banco Central.

3. Síntese do Cenário Macroeconômico

Variável	3º Tri/ 2010	3º Tri/ 2011	Δ% no período
PIB (R\$ bilhões correntes)	963.438	1.046.707	8,6%
Consumo da Administração Pública (R\$ milhões correntes)	189.204	201.788	6,7%
Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes)	572.107	631.159	10,3%
Emprego e Renda - PME (Regiões Metropolitanas)	Out/10	Out/11	Δ%
População Ocupada (Em mil pessoas)	22.345	22.682	1,5
Empregados com carteira assinada (Em mil pessoas)	11.369	12.133	6,7
Empregados no setor público (Em mil pessoas)	1.757	1.750	-0,4
Renda média real (R\$ correntes)			
Setor privado com carteira assinada	1.478,78	1.484,40	0,4
Setor público	2.621,41	2.508,40	-4,3
Inflação	Out/10	Out/11	
IPCA (%) – Variação em 12 meses	5,20	6,97	
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	8,80	6,95	
Juros e Câmbio	Nov/10	Nov/11	Δ% Em 12
Taxa de Juros Selic (%) - Último dia do mês	10,75	11,50	+ 0,75 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,72	1,81	6%

ReferênciasIBGE:

Banco de Dados Agregados—Sidra

Contas Nacionais Trimestrais/ 3º Trimestre

Pesquisa Mensal do Emprego—PME

Banco Central do Brasil:

Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS

Boletim Focus

Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged

Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

Saúde Suplementar em Números

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em dezembro de 2011, com data-base setembro de 2011, já analisados na 19ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de dezembro de 2011, disponível em <http://iess.org.br/Naciss19eddez11.pdf>

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo
Amanda Reis A. Silva
Pesquisadora
Francine Leite
Pesquisadora
Marcos Paulo Novais Silva
Pesquisador

Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004
Itaim Bibi, São Paulo
www.iess.org.br

Tel: 55-11-3706-9747
Fax: 55-11-3706-9746
Email: contato@iess.org.br

Documento disponível em:
<http://www.iess.org.br/ConjunturaSS16edjan2012.pdf>